

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 18 de julho de 2022 - Ata n.º 69.

Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Galo** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **69.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Aguardar aqui o 2.º Secretário para fazer a leitura da Ata da Sessão anterior. Deputado Galo, por favor, leitura da Ata.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Galo – PP): Sim, Excelência. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 68, de 13 de julho de 2022.) Essa é a leitura, Sr. Presidente, da Ata.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário se há expediente a ser lido?

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, prezado Deputado Galo, que

acabou de fazer a leitura na condição de 2.º Secretário desta Sessão da Assembleia Legislativa.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) Ofício n.º 2097/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 1939/2022, do Deputado Luiz Fernando Guerra; Ofício n.º 2098/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1364/2022, do Deputado Coronel Lee; Ofício n.º 2104/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 5514/2020, do Deputado Luiz Claudio Romanelli; Ofício n.º 2106/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.º 1976/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli; Ofício n.º 2105/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência ao Requerimento n.º 1106/2022, do Deputado Michele Caputo; Procedimento Administrativo n.º 0103.21.001871-4 do Ministério Público do Estado, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 6991/2021, da Deputada Mabel Canto; Ofício n.º 2100/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.º 1594/2022, do Deputado Boca Aberta Junior; Ofício n.º 2102/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba ao Requerimento n.º 1446/2022, do Deputado Goura; Ofício n.º 2103/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 7135/2021, do Deputado Delegado Fernando Martins; Ofício n.º 2151/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1025/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli; Ofício n.º 2152/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 2008/2022, do Deputado Goura; Ofício n.º 2147/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Paraná Previdência ao Requerimento n.º 1917/2022, do Deputado Homero Marchese; Ofício n.º 2119/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta

do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná ao Requerimento n.º 1806/2022, do Deputado Soldado Fruet; Ofício n.º 2157/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1721/2022, do Deputado Cobra Repórter; Ofício n.º 2149/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 631/2022, do Deputado Goura; Ofício n.º 2150/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 3292/2019, do Deputado Arilson Chiorato; Ofício n.º 2158/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2909/2019, do Deputado Cobra Repórter; Ofício n.º 362/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 343/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.141; Ofício n.º 364/2022 do Governador do Estado, comunicando que vetou o Projeto de Lei n.º 302/2019 (**Veto autuado sob o n.º 8/2022**); Ofício n.º 359/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 246/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.143; Ofício n.º 361/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 754/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.140. Era esse o expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Prefeito de Paiçandu, Sr. Ismael Batista, do Presidente da Câmara, Sr. Tancredo Teles, do Vereador Carlos Martins, do Secretário de Finanças, John Everton, da Secretária de Assistência Social, Fernanda Cequeti, e do Chefe de Gabinete do Prefeito, Thiago Céfaló. Com certeza, estão aqui para acompanhar a votação da criação da Comarca de Paiçandu. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa. No horário do Pequeno Expediente, primeira oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Luciana Rafagnin; Dr. Batista; Adelino Ribeiro; e Goura.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Ao usar a tribuna, neste dia, falo que é um dia bastante triste para todas, principalmente para nós mulheres. Quando falo principalmente para

nós mulheres é porque, mais uma vez, vimos a esta tribuna, Deputada Mabel, para falar que, infelizmente, no nosso Estado do Paraná, está crescendo cada dia mais a violência contra a mulher. Está crescendo o feminicídio. Tivemos, só neste final de semana, pelo menos até onde acompanhei, tivemos um feminicídio acontecido no município de Salto do Lontra, onde um ex-companheiro assassina, mata a sua ex-mulher e também o namorado da filha dela. Tivemos duas mulheres assassinadas no município de Guarapuava, acredito que a Deputada Cristina Silvestri acompanhou esse caso cruel e brutal. E ficamos, muitas vezes, sentindo-nos impotentes nesta tribuna, porque a violência que ocorre contra a mulher tem crescido e sabemos que precisa de uma ação mais rápida, precisamos, sim, Deputado Turini, fazer o enfrentamento a essa violência. Precisamos de ações que realmente possam acabar ou pelo menos diminuir essa violência que ocorre contra a mulher. Temos alguns dados que nos assustam, e isso falando nos últimos anos. Temos, mesmo aqui no Estado do Paraná, a cada 24 minutos, uma mulher sofre de algum tipo de violência. Isso significa que, enquanto estamos aqui usando o Pequeno Expediente, uma mulher é vítima de algum tipo de violência, Deputado Professor Lemos. É muito triste isso. São muito tristes os dados que temos no Brasil, onde temos praticamente a cada sete horas uma mulher vítima do feminicídio. É muito triste quando vemos nos nossos municípios, nas nossas regiões, a violência aumentando, os números de denúncias aumentando. E sabemos que ainda são muitas as mulheres que não denunciam, ainda são muitas as mulheres que têm medo da denúncia, porque elas não têm um lugar seguro para ficar depois da denúncia. Então, precisamos sim, Sr. Presidente, aprovar mais projetos, e falo porque aqui nesta Casa tem inúmeros projetos, inúmeros projetos que fazem um enfrentamento a essa violência contra a mulher. São inúmeros projetos que podem salvar a vida de muitas mulheres, como é a questão mesmo de uma sala de atendimento especial nas delegacias da mulher; como é a questão da denúncia pelo *WhatsApp*; como a questão de construirmos, Deputada Cristina, casas de apoio às mulheres vítimas de violência nas regiões, para que as mulheres possam, sim, se sentir seguras de fazer a denúncia e depois poder contar com um local para ficar, um local seguro. Também é preciso pensar na própria questão da sobrevivência dessa mulher e isso preciso ser discutido nessas

casas de apoio. É importante que as mulheres também possam se sentir amparadas financeiramente para poder... ser amparadas por alguns meses até ela poder se reestruturar e se reorganizar na vida. Infelizmente, venho para esta tribuna mais uma vez e falo com o coração partido quando nos sentimos impotentes, sabendo que são muitas as mulheres que estão perdendo a vida, são muitas as mulheres que continuam sofrendo violência – isso no campo, isso na cidade. Falo que no campo temos sempre essa violência escondida, essa violência oculta, que é onde também as mulheres têm mais dificuldades de fazer a denúncia, muitas vezes até... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): ... muitas vezes até por não saber como fazer a denúncia. Mas temos condições, sim, como Parlamentares, de fazer o enfrentamento a essa violência: uma é com Projetos de Lei aprovados, outra é pedir principalmente que Executivo também faça a sua parte na questão da segurança, Deputado Goura, na questão de termos uma discussão com relação à educação. Uma questão que todos os Parlamentares, aqui falando dos Parlamentares homens, precisamos parar de aceitar piadinhas, precisamos parar de aceitar que a mulher continue sendo vista como objeto, como propriedade do homem, o que faz com que o homem se sinta dono da mulher e faz acontecer esta violência, cada vez mais crescendo esta violência contra a mulher. Então, é preciso que também, todos nós, como Parlamentares, é preciso que também possamos fazer a nossa parte, a nossa parte de... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputada. Para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): ... fazer a nossa parte e ajudar a contribuir para que acabe a violência contra a mulher e que possamos salvar a vida das mulheres. Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Sr.^s Deputados e Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente Deputado Ademar Traiano, 2.º Secretário Deputado Galo, competente Deputado Galo, 1.º Secretário Deputado Luiz Claudio Romanelli, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e senhores que nos visitam. Senhor Presidente, fiz questão de estar aqui nesta tribuna hoje, como o senhor sabe, sou de pouca tribuna, mas a alegria é tão grande, tão grande quando vi aqui chegando e o nosso Presidente Ademar Traiano, conforme o prometido, cumpriu com a palavra, mandou colocar na pauta de hoje a nossa querida cidade de Paiçandu, que com certeza será votado aqui unanimemente, passará a Comarca, da qual vamos estar com Floresta, Ivatuba e Dr. Camargo, não é isso? Então, não posso deixar de agradecer aqui pessoalmente ao nosso Prefeito Ismael, ao Vice Val, ao Presidente da Câmara Tancredinho, como é conhecido na cidade, ao Vereador Carlos Martins, ao Vereador Douglas e a tantos outros que fazem o trabalho, e não posso também deixar de citar os nossos Deputados que participaram, a Deputada Maria Victória, o Deputado Evandro, o Deputado Homero, o Delegado Jacovós, o Deputado Soldado Adriano, que também fez a luta, com o Prefeito, para que realmente chegássemos a trazer o Projeto hoje para esta votação. E o nosso Presidente Deputado Ademar Traiano, mais do que de pressa, atendendo a um pedido, a um apelo também da cidade de Paiçandu, que o Deputado Traiano, nosso Presidente, sempre esteve de bem com todos os municípios do Estado do Paraná, sempre fez um trabalho com respeito à população do Estado do Paraná. Não poderia deixar de agradecer aqui também à Assessora Jurídica, Dr.^a Adriana Zironi, ao nosso Chefe de Gabinete, o Tiago Alves, ao Secretário de Administração John Everton, à Contadora da Prefeitura, Renata, à Tesoureira da Prefeitura, Natália, à Conselheira Adriana, também esposa do nosso amigo Tancredo, que já tive a satisfação de operar o Tancredo e também de operar a Adriana, para que todo o Estado do Paraná fique sabendo também, à Secretária de Assistência Social, Fernanda, e à Assistente Financeira, Elaine. Senhor Presidente, como é bom quando fazemos um trabalho no interior e esse trabalho se reflete em todo o Estado do Paraná. Quero agradecer muito a todas as empresas que estão fazendo Sipat e que

sempre fazem questão de que eu adentre as empresas, nosso Prefeito Ismael, e faça uma palestra, fale, Deputado Adelino, sobre medicina preventiva, sobre saúde. É impressionante! Estivemos em uma grande empresa de Maringá essa semana, na Recco, do Sr. Antonio e da dona Miriam, da Sipat, falamos para mais de 400 meninas sobre medicina preventiva, a defesa que tem, como disse a Deputada Luciana, a defesa da mulher. Estivemos com 400 mulheres orientando as prevenções dos cânceres, cânceres de seio, cânceres de útero, fazendo a prevenção, como se faz uma ótima alimentação, um trabalho que faço no Estado do Paraná há mais ou menos 38 anos, Sr. Presidente Deputado Ademar Traiano. Trinta e oito anos, Deputado Ricardo Arruda! É assim que trabalhamos, trazendo a boa medicina, informando a população como se livrar da automedicação. O que acho incrível, cada um dos seres humanos, cada um dos nossos paranaenses, dos nossos brasileiros tem uma farmácia em casa, Deputada Cristina Silvestri. É impressionante quantas patologias se escondem com a automedicação, quantas patologias que as pessoas se automedicam sem sequer a informação de um profissional da saúde, como temos aqui o Dr. Tercílio Turini também, o Deputado Estacho. Então, Sr. Presidente, estou aqui para agradecer ao senhor, para parabenizar Paiçandu e toda a equipe. É uma marca registrada, Prefeito, é uma marca registrada na sua administração – Comarca de Paiçandu. Com certeza, já estou pedindo votos, será aprovado por unanimidade, porque aqui só tem Deputados e Deputadas competentes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Adelino Ribeiro.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano, cumprimento a Mesa por meio do Galo e também do Deputado Romanelli, uma satisfação enorme. A minha vinda a esta tribuna, Sr. Presidente, é falar sobre segurança e quando falamos em segurança, falamos da segurança das famílias, das pessoas, principalmente da cidade de Cascavel. Sou um sonhador, acredito que no futuro teremos toda a segurança realmente necessária para todos os lugares, principalmente nos bairros. Sou uma das pessoas entusiastas para ver a polícia ter a base mais nas

comunidades, nos bairros, principalmente quando o Ex-Governador Beto Richa instalou as UPSs, Cascavel foi uma das primeiras cidades que se prontificou a construir; e na administração do Prefeito Paranhos já tivemos, nas três Unidades Paraná Seguro, sendo elas construídas ou o prédio reformado pela administração. Isso mostra que a segurança na cidade de Cascavel está no caminho certo. E nos próximos dias, Pastor, devemos estar, com a administração, fazendo o aluguel de um imóvel para ter uma base de segurança na região Oeste da cidade de Cascavel, próximo do bairro Periolo. Já vimos há dias trabalhando para achar o local adequado para ser instalado; quem sabe, no dia de amanhã, já pode estar sendo instalada essa unidade. Será a descentralização de três forças de segurança para 12 bairros de Cascavel, onde tem o bairro Periolo, Morumbi, São Francisco e todos os bairros em volta, serão 12 comunidades, além do Lago Azul. É um sonho deste Parlamentar ter essa descentralização da polícia, Dr. Batista, vejo que você aqui fala com propriedade da área da medicina e este Deputado, não sou policial, mas gosto da área da polícia. Por que não sonhar grande? Sonhar grande é termos uma base de segurança próxima de uma comunidade tão carente, onde pode estar lá sendo descentralizado do 6.º Batalhão para dentro lá a polícia da Rocam, o grupo da Rocam, o grupo do BPFron, de Marechal Candido Rondon, já estão sinalizados para poderem instalar, já está alinhado com o Comandante do 6.º Batalhão, também com o Comandante-Geral da Polícia Militar e também o Secretário da Segurança Wagner Mesquita. É uma unidade, na minha visão, que vai resolver a situação dessa área, que no passado era uma das áreas mais violentas do Brasil. Em 2011, que foi uma das regiões que mais teve assassinato no Brasil, foi essa região no Norte da cidade de Cascavel, onde já está sendo instalada uma das unidades de segurança nesse local. Nos próximos dias também deve ser instalada a segunda unidade de segurança nesse local. Então, venho, aqui, Sr. Presidente, mais para agradecer ao Secretário Mesquita, o Comando-Geral da Polícia Militar, o Comandante do 6.º Batalhão, o Jorge, pela iniciativa desse Parlamentar de fazer com que seja instalada essa unidade na região Oeste da cidade de Cascavel. Importante, a polícia mais próxima do cidadão, que terá a possibilidade de ter três viaturas com armamentos muito pesados, para dar segurança para o cidadão cascavelense, que precisa neste momento. Deixo,

aqui, então, esse meu agradecimento ao Secretário Mesquita, que desde o primeiro dia que sinalizamos de colocar, tem sido um parceiro e corrido atrás para as coisas acontecerem. Ao Prefeito Paranhos, queria aqui fazer um agradecimento a sua administração, que desde o primeiro dia se prontificou a colocar uma base da guarda, com esse aparato para dar segurança necessária para o cidadão cascavelense, do cidadão da região Oeste da cidade de Cascavel. Então, deixo aqui os meus agradecimentos a quem realmente merece e vem fazendo a segurança do Estado do Paraná com muita responsabilidade, ao Secretário Wagner Mesquita.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Muito boa tarde a Vossa Excelência, Secretário Romanelli, Deputado Amaro, todos os Deputados aqui presentes e Prefeitos de Paiçandu, a toda a equipe aqui os meus cumprimentos. Senhores Deputados, vimos todos estarrecidos o ocorrido na semana passada, em Toledo e Céu Azul, mais uma vez, Deputada Cristina, Deputada Mabel, Deputada Luciana. Claro que é um crime, uma tragédia, que nos deixa assim sem palavras, sem chão, o ocorrido, mas acima de tudo temos que lembrar que é mais um feminicídio, seguido de infanticídios e seguido de um suicídio. É mais um homem que trata, sim, uma mulher como o seu objeto de posse, como a senhora muito bem colocou, aqui, Deputada Luciana e mais um crime que nos choca. O Paraná precisa, sim, como em outras ações que temos falado aqui, buscar o desmatamento zero, porque o Paraná se destaca negativamente no desmatamento das suas matas nativas; temos que ter, sim, Deputadas, dirigindo-me a Vossas Excelências, feminicídio zero; temos que ter no Paraná essa meta que é revoltante, falo com vergonha, como homem, de subir aqui e mais uma vez termos que ver essas manchetes tristíssimas, de violência contra as mulheres sendo praticadas, corriqueiramente, no Estado do Paraná, culminando em situações de morte, situações de fatalidades, situações de destruição de famílias. Vejo as Sr.^{as} Deputadas sempre falando sobre isso. Falei da minha tristeza de participar da reunião da Comissão da Mulher, onde relatei um projeto importantíssimo, mas na ocasião lembro-me que falei na sala

ao lado, que é triste termos que em toda reunião pautar essa violência. Então, Presidente, fazemos aqui esse apelo também ao Governador. É uma situação cultural, Deputado Galo, Deputados aqui presentes, dessa violência e é uma cultura que tem que ser transformada, uma cultura do machismo, uma cultura de aspectos assim tão negativos da nossa sociedade. Mas aqui também falando de políticas públicas, desde 2019, alertamos o Governo do Estado da importância de ações voltadas à saúde mental dos trabalhadores da segurança pública do Estado do Paraná. Fizemos audiências públicas, fizemos requerimentos, fizemos cobranças e é urgente, Deputado Tercílio e Deputado Luersen, que o Governo dê mais amparo à saúde mental dos trabalhadores, dos policiais. O que ocorreu nesses dias no Estado do Paraná tem sido frequente, têm sido frequentes casos de suicídio entre os trabalhadores policiais. Precisamos ter essa garantia de um apoio institucional como política pública, aos trabalhadores da segurança pública. Senhor Presidente, tenho mais dois minutos. Quero também registrar aqui que hoje é o Dia de Nelson Mandela, o Mandela Day. Um dia celebrado no mundo inteiro, Deputado Batista, pela luta que Mandela personificou contra o racismo, contra o *apartheid*. No ano passado fizemos um reconhecimento com a Prefeitura de Quatro Barras, onde foi nomeada uma ponte na Estrada da Graciosa com o nome do grande líder Sul-Africano Nelson Mandela. Então, Nelson Mandela foi reconhecido por essa luta de vida e da construção de pontes entre os seres humanos, entre as nações. Então, fica aqui esse registro, que também o Paraná atue firmemente no combate ao racismo e na construção de uma sociedade mais justa, mais solidária, onde os crimes raciais sejam coisa do passado. Aproveito, Sr. Presidente, na lembrança aqui de Nelson Mandela, que temos um Projeto de Lei e peço a Vossa Excelência que possa ser pautado, construído com a Defensoria Pública da União e também com audiências públicas, para que crimes raciais, crimes de racismo, crimes de injúrias raciais, tenham sanções administrativas por parte do Governo do Estado do Paraná, além da responsabilização criminal, também responsabilizações administrativas. Peço aqui ao nosso competente Diretor Legislativo, ao Dylliardi, que auxilie a nossa Mesa, Presidente. O Projeto já tramitou... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. O Projeto que trata, então, dessas sanções administrativas a casos de racismo e injúrias raciais já tramitou, aprovado nas Comissões competentes e encontra-se apto, pronto para ser discutido e votado aqui em Plenário. Então, na lembrança de Mandela queremos um Paraná livre do racismo e em respeito aqui à nossa bancada feminina, um Paraná livre de feminicídio, livre de violência contra as mulheres. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do PP, Deputado Galo.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Galo (PP); Cristina Silvestri (PSDB); Ricardo Arruda (PL); e Professor Lemos (Oposição).

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, senhores membros da Mesa Diretora, Deputado Romanelli, prezado Deputado Amaro. Depois de ouvirmos mais uma vez o Excelentíssimo e competente Doutor Batista e outros colegas, Deputadas, vamos nós. Recebi há poucos instantes uma sugestão de texto enviado de Céu Azul, de uma Vereadora, advogada, escritã de polícia, que me disse: *Deputado Galo, você vai usar a tribuna hoje? Por favor, comece com esse texto: Homens precisam entender e aceitar o fim apenas do relacionamento. Não se trata do fim da vida. Sem querer ser repetitivo, devemos avaliar, neste momento, sem discriminação, mas com muita tristeza, a posição de nós, homens. O homem pode, não é, assim dizem, mas e a mulher não? O que o homem pode? O homem pode entrar em casa, arrumar a sua mala e dizer: Olha, deu! A mulher pode até chorar. Ela pode até ficar triste, mas a mulher é muito forte e ela vai à luta. Não se tem informação neste País de que homens foram assassinados por suas companheiras, porque se terminou um relacionamento. Não se tem informação de que o homem é vigiado no seu âmbito de serviço, no seu dia a dia, porque terminou um relacionamento. O homem não é tolhido dos seus direitos quando ele solicita o*

fim do relacionamento. O homem não é discriminado na sociedade quando ele dá os seus pulos, aí ele dá uma *pulada de cerca*, como dizia a minha avó, e acha que, desculpem aí, dá uma lavadinha e tá tudo bem. Que homem, afinal de contas, somos? Que tipo de homem a sociedade enxerga? Isso é machismo, ou é fraqueza? Quem é o mais forte no relacionamento? O homem não consegue amamentar, mas ele consegue segurar a criança no colo para dar mamadeira, às vezes. A mulher, ela tem a possibilidade, a dignidade, ela sobe, ela desce, ela abre a porta, ela sai correndo: *Meu Deus do céu, esqueci a chaleira ligada*. Ela volta, desliga a chaleira, lá vai ela, ela vai ligar o carro: *Meu Deus do céu, esqueci o menino*. Menino, vamos ligeiro, entra no carro, a mãe está atrasada, vamos logo, vamos logo. Lá vai ela: Abre a porta, desce o menino, entrega no colégio, o menino dá tchau, ela vai: *Ei, ei, volta aqui, volta aqui, volta aqui, esqueceu o dinheiro do lanche, pega menino*. Volta correndo, chega no escritório: *Boa tarde, bom dia. Ah, bom dia! Leva uma mijada do chefe: Você chegou cinco minutos*. Mas ela está lá. Meia-noite ela chega em casa, nem sempre algumas têm a condição de ter alguém para auxiliar no serviço, mas deixa-me falar daquela mais simples, que trabalha em uma lanchonete, ela chega em casa, solta rapidamente o seu chinelo, a sua sandália, o seu sapato e fala: *Meu Deus do céu, quanta roupa para lavar, e lá vou eu*. Mas se ela olhar no espelho, arrumar o cabelo e dizer assim: *Meu Deus do céu, não aguento mais esse relacionamento, não aguento mais esse homem, que briga, que me xinga, que me maltrata*. No começo do relacionamento era amores e flores, agora: *Não enxerga não, você não viu*. Ele grita. *Vou propor o relacionamento que, não, não vou propor, vou dizer que chega, não quero mais, estou fora*. Aí o bonitão chega em casa, ela diz: *Então, acabou* e de repente noticiamos: Mais um feminicídio. O *cabra* fez agora, vigilante lá em Guarapuava, da minha querida Cristina Silvestri. Segundo informações, disseram que ela tinha proposto: *Vamos cada um para o seu canto, terminamos o relacionamento, mas não terminamos o final de uma vida*. Ele buscar a mala? Não, ele foi com a faca, retalhou, e covardemente retalhou, deu mais uma facada, foram várias facadas, se enforcou.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Concede um aparte, Deputado Galo?

DEPUTADO GALO (PP): Vossa Excelência, Luersen, por favor.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Deputado Galo, quero dizer a V.Ex.^a que é um assunto, lamentavelmente ainda precisamos comentar no nosso País. A mulher, por ter, digamos assim, um coração de mãe, ela é mais calma, mais tranquila, ela sabe lidar melhor com essas situações do que os homens. Os homens, infelizmente, alguns poucos, se prevalecem pelo seu porte físico e se sobrepõem à mulher achando que são donos das mulheres. Infelizmente isso acontece nos dias de hoje. Graças a Deus temos leis que estão cada vez mais rígidas quanto à agressão, pode ser física ou verbal conta o sexo feminino, mas ainda temos alguns covardes que se utilizam de meios agressivos para fazer prevalecer a sua vontade. É lamentável que isso esteja acontecendo, e o que podemos dizer? No menor sinal de agressão, seja verbal, seja física, temos que encorajar as mulheres a denunciar, denunciar, procurar a Delegacia da Mulher, procurar a Delegacia, fazer um registro do ocorrido, para evitar problemas maiores que poderão ocorrer no futuro. É lamentável que tenhamos que tratar desse assunto, porque é uma discriminação muito grande que sofrem neste País, sejam mulheres, sejam crianças, idosos, que acontece diariamente, como disse a Deputada Luciana Rafagnin em seu pronunciamento. Então, parabéns pelo pronunciamento, e estamos juntos nessa luta em defesa dos direitos das mulheres e contra a covardia de alguns poucos, que se dizem homens, mas não são homens, são covardes. Obrigado, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Excelência, Deputado Luersen, muito feliz em ouvi-lo. Então, na reta final, senhoras e senhores, gostaria de dizer o seguinte: a Lei Maria da Penha, que todos sabem, a Maria sabe da história, a mulher que sofria violência do *cabra* que se dizia marido, por último a colocou em uma banheira de água e ligou, colocou fios descascados para que ela fosse morta desta forma, por choque, violência. Mas a Lei Maria da Penha tem um detalhe, que não é culpa dos operadores, não é culpa dos senhores policiais, Delegados, mas há uma falha, que aí depende dos governantes tomar a decisão. Então, a mulher, ela tem uma ação, ela tem uma condição de ter a proteção da polícia, quando ela faz a denúncia há uma medida protetiva. Aí a

mulher liga – isso presenciei, enquanto apresentador aqui da Tribuna da Massa, da Rede Massa de Televisão –, ela disse: *Liguei para a Delegacia e disse: Olha, ele está aqui próximo*. E ela ouviu a seguinte resposta do sistema: *Não podemos fazer nada, a não ser que ele invada a sua casa, a agrida, aí poderemos deslocar uma viatura*. Mas isso não é culpa do policial, não é culpa do Delegado, nem do atendente, é a lei que precisa melhorar. Parem de falar da Lei Maria da Penha porque ela tem falhas. Falhas, gritantes, falhas importantes, que têm que ser corrigidas, imediatamente, para que ela possa ser aplicada. Porque, vejam, esta mulher, Simone Araújo Vieira, quando disse isso, deu entrevista ao programa que apresentava, dois dias depois ela foi assassinada. Medida protetiva não valeu de bulhufas nenhuma. Então, alguns se assustam, alguns homens sem vergonhas, safados, que não aguentam um tapa na cara, dizem assim: *Não, não vou lá porque ela está com medida protetiva*. Mas porque tanto desamor em relação à mulher? Aquela mulher que o *cabra* beijou a boca, socou a faca nela; aquela mulher que lhe deu filhos, ele foi lá e meteu um tiro na cabeça dela. Ei, a Lei Maria da Penha, é o Deputado Galo que está falando, tem falhas, falhas importantes que devem ser corrigidas a qualquer momento em favor da mulher, uma delas é quando você liga. Vou esperar V.Ex.^a, que está de azul, muito elegante como sempre, dizer... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO GALO (PP): Muito grato, Sr. Presidente. Então, fechando, quando se tem uma medida protetiva para uma mulher, ela é falha, o *cabra* vai lá para invadir a casa, ela liga e recebe essa resposta: *Não podemos fazer nada, minha senhora, a não ser que ele a agrida, que ele invada*. Só falta dizer: *Só, só, só se ele matá-la*. É falha a Lei Maria da Penha. Tem que ser reformulada, tem que ser repensada. É importante o passo? É. Mas a Lei Maria da Penha. Vida longa, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa da Gerente de Ciência e Conservação da Fundação Grupo Boticário,

Sr.^a Marion Letícia Silva, por solicitação do Deputado Goura. Seja bem-vinda. Próxima oradora, Deputada Cristina Silvestri.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Senhor Presidente, senhores membros da Mesa diretiva, Deputados e Deputadas. Hoje ocupo esta tribuna para falar de mais uma tragédia familiar, e isso nas vésperas do dia do feminicídio. A Lei do Feminicídio, uma lei de minha autoria, 19.873, de 2019. Qual é o objetivo dessa lei? É trazer à tona esse problema, é falar sobre a violência doméstica. E é preciso falar sobre esse problema, conscientizar principalmente as mulheres para porem fim a esse ciclo de violência. E o primeiro passo para isso é a denúncia. Nesse final de semana, ficamos estarecidos com a notícia da morte do casal na Cidade dos Lagos. Ele, Paulo Henrique, de 33 anos, e ela, Jenifer, segurança do *Shopping* do Lago, uma moça simpática, educada, que estava sempre ali para nos cumprimentar. Qual foi o motivo? Ela não queria mais o relacionamento. E como esse tipo de homem age? *Ela é minha. Sou dono dela. Ela não quer mais, vou acabar com a vida dela.* E pior, senhoras e senhores, tinha uma criança, a filha dela no ambiente. A criança assistiu esse rapaz matar a mãe a facadas e depois se enforcar. Isso trabalhamos o ano inteiro aqui na Assembleia Legislativa do Paraná. Estamos fazendo esse trabalho, porque, infelizmente, não tem política pública para as mulheres. Não existe uma política que proteja as mulheres do Estado do Paraná, a não ser aqui na Assembleia por meio da Procuradoria. Apesar da subnotificação, que sabemos que existe, o número do feminicídio no Paraná é alarmante. Está acima da média nacional. Quero aqui parabenizar a Deputada Luciana, o Deputado Goura, o Deputado Galo por falar sobre esse assunto e terem a sensibilidade do que está acontecendo no Estado do Paraná. Em 2000, pense gente, é maior que a média nacional. Em 2018, 61 mulheres foram vítimas de feminicídio no Estado. Em 2019, pulou para 89. Em 2020, foi para 73. Em 2021, 75. E agora, no primeiro semestre, temos 19 feminicídios. Isso um feminicídio a cada cinco dias. E vejam a ironia, contra oito casos de latrocínio, 19 no trimestre contra oito casos de latrocínio. Precisamos urgentemente de políticas públicas, da intervenção do Estado, porque estamos trabalhando sozinhos. O caso ontem do Lago expõe outro problema que estamos discutindo e que talvez nem a sociedade e nem o Governo tenham se

atentado sobre isso. E os filhos do feminicídio? Onde estão essas crianças, esses jovens que perderam a mãe e o pai está preso? Assinei, com a Deputada Luciana e o Deputado Goura, o Projeto de Lei 2018 que fala exatamente sobre estabelecer diretrizes para proteção integral aos órfãos do feminicídio. Por quê? Porque precisamos tirar da invisibilidade essas crianças. Onde elas estão? Qual é o papel do Estado? Elas têm assistência à educação, à saúde física e mental, aos programas de assistência social? Precisamos trazer essas crianças para dentro do programa de políticas públicas para as mulheres. Dentro dos programas da infância e da juventude, porque elas estão espalhadas por aí e ninguém sabe. E o Estado tem, sim, a obrigação. Então, como legisladoras, estamos levantando, em todos os municípios, quantos casos de feminicídio e quantas crianças órfãs desse feminicídio nós temos? E, principalmente, aquelas crianças que precisam de acolhimento, de orientação, de proteção para romper esse ciclo da violência doméstica e evitar que ela chegue ao seu pior nível. Temos que tirar os órfãos do feminicídio da invisibilidade. Eles precisam de cuidados imediatos, que protejam e criem mecanismos para ter uma vida minimamente saudável a essas crianças e jovens. É esse o nosso apelo. E para isso precisamos dos homens de bem que venham conosco para que juntos trabalhemos para o fim dessa tragédia, para o fim dessa violência, de se acharem que são donos de alguém. Não somos donos de ninguém. Temos o respeito das mulheres que são nossas mães, que são nossas esposas, que são nossas filhas e são nossas irmãs. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas, Deputados, os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Algo muito estranho está acontecendo no nosso Brasil. Não pelo Governo Federal, óbvio. Pelo Governo Federal está dando tudo certo. Baixou o combustível. Baixou a energia. Combustível baixou pela terceira vez já. Não vi ninguém aqui vir aqui e falar: *Pô, que bom, que trabalho bem-feito*. Mas sempre tenho, Deputado Amaro, que fazer as partes do nosso Presidente.

Aí vi aqui uma postagem interessante, uma ideia boa. Como todos Senadores e Deputados do PT jogaram contra abaixar o imposto do ICMS do combustível, a sugestão é: quem é petista, pague na tabela antiga. Olha a diferença. Então o petista pode pagar R\$ 7,90 e quem é normal, cidadão normal, R\$ 5,90. Isso aí para a gasolina. Aditivada, quem é de esquerda paga R\$ 7,89 e quem é a favor do nosso Governo, Governo sério, paga R\$ 5,19. O etanol, esquerda paga R\$ 6,90 e o restante do povo R\$ 4,50. E, o *diesel*, a esquerda paga R\$ 7,14 e a direita paga R\$ 5,10. Acho que é uma sugestão boa, porque esse povo que só critica, que dizem que defendem o povo, mas na verdade, não estão nem aí para a população. Querem que se exploda o povo. Não queriam abaixar o valor do combustível por questões políticas. Então, entendemos que o PT trabalhou nunca foi pelo povo e pela vida. Foi por interesses deles, pelo dinheiro e pelo poder. E continua assim, cada dia pior. E o que estamos acompanhando no Brasil é muito grave. Vimos aí um vídeo do condenado José Dirceu. Um cara que foi condenado, acho que a quase 30 anos de cadeia e, por uma aberração jurídica, mais uma, está em casa. Trinta anos de cadeia. Diz ele que os militares que falarem de política devem ser punidos. Militar, então, não é cidadão também, não pode opinar. Agora, um bandido como ele pode opinar. Ele, sim, deveria ser punido e calado para não falar bobagem e querer aí punir um militar que trabalha honestamente. Coisa que ele nunca fez. Nem ele e nem ninguém que fez parte da cúpula corrupta do PT em nosso Brasil. Esses bandidos que deveriam estar na cadeia estão aí bravejando como se estivessem algum direito de falar. Já não basta o descondenado, condenado em todas as instâncias está aí concorrendo ao cargo máximo no nosso Brasil, graças a uma decisão, do Ministro, sei lá, do Fachin, que é PT de carteirinha, que resolveu absolver. Absolver, não, fez uma manobra jurídica dizendo que o CEP onde ele foi julgado não podia ser. E, por questões de CEP, o maior bandido do nosso País está aí concorrendo às eleições. Agora, concorre, foi “descondenado” pelo STF, mas continua condenado pelo povo. Agora o Lula declarou que a pré-campanha dele, o lançamento da campanha dele, ele não vai fazer em nenhum lugar, vai ser virtual. Por que será, gente? Porque não tem povo mais, não é? Está com medo de passar vergonha, então não vai fazer lançamento da campanha, enquanto o nosso presidente vai fazer lá, no Maracanãzinho. Olha a diferença, é bom que o *Datafolha* pode dar um pulinho

lá, não é, para ver o lançamento da campanha de um e da campanha do outro. E outra: eles ainda se garantem, batem no peito dizendo *é o final do Governo Bolsonaro*, porque, na cabeça doentia deles, a eleição está ganha pelo Lula. Ganha pelo voto? Não! Ganha pelas urnas eletrônicas, pelo voto jamais. Um sujeito que não pode andar na rua, que quando fica em um hotel em qualquer cidade do Brasil, nem tomar café da manhã ele vai ao salão tomar. Ele toma escondidinho no quarto. Não quer ser vaiado, não quer ser chamado de ladrão que é o adjetivo que lhe cabe. Infelizmente para quem saqueou o Brasil como ele, para quem mentiu como ele, para quem deixou o Brasil na lona e milhões de desempregados como ele; alguém que é geneticamente mentiroso e corrupto como ele. Agora, estou sentindo algo diferente, estou vendo o nosso Presidente Bolsonaro muito tranquilo, hoje reunido com embaixadores de vários países do mundo para falar sobre as urnas eletrônicas e o perigo delas. E, por incrível que pareça, convidou o Ministro Fachin que é do TSE, convidou o Ministro Fuchs, e ambos declinaram. Será que eles não têm tempo de ir em uma reunião importante dessa falar de um assunto que diz respeito a eles? Mas eles têm tempo para fazer *live* com Felipe Neto, com outro partidário do PSOL, com *Big Brother*, aí eles têm tempo de sobra. Agora, assunto importante, eles querem fugir da conversa. Outro dia o Ministro Moraes disse que dava 48 horas para o Presidente explicar o discurso de ódio. O Presidente ficou tão preocupado que respondeu pelo *Twitter*: “Sou contra discurso de ódio”, e deu risada. Essa é a moral que esse STF tem hoje. Não perante apenas o Governo Federal, mas perante 90% da população brasileira. E a última, a última que veio aqui que é algo escancarado, atitude que devia ser imparcial da Justiça e é totalmente parcial e partidária, o Ministro Moraes pediu, determinou, que Senadores e Deputados Federais da direita tirem, imediatamente, a postagem que mostrava a delação premiada do Marcos Valério – autorizava pelo STF – onde ele mostra a ligação do PT e do PCC. Por quê? Saiu na revista já, saiu em todo lugar. Agora só é punido quem é Deputado de direita, isso aí já está ridículo, é uma obsessão contra o Presidente, contra quem é de direita, contra quem é conservador, contra quem é a favor de uma política séria e honesta como o Brasil tem hoje em dia. Política essa que está levando o Brasil à prosperidade na economia. É o País que mais cresceu, ou melhor, que tem a perspectiva de crescimento do PIB. É

o Brasil, o País que vem recebendo mais dinheiro internacional; é o quarto País do mundo; é o País que mais gera emprego hoje em dia. Brasil é o País que vem entregando obras e não falta dinheiro para nada. Sabe por quê? Porque fechou o ralo da corrupção que eram os ministérios do PT. Aqueles bilhões desviados em roubo ou para fazer obras em outros países acabou! Então, o Brasil passou por uma grande pandemia, foram bilhões investidos em saúde; uma guerra que incomodou o mundo inteiro e vem incomodando, inflacionando o mundo inteiro. E, está aqui, o Brasil continua se superando, não falta dinheiro para nada! Nem para obra, nem para a área de saúde, nem para área nenhuma. E outra vantagem que vemos, o que está acontecendo, enquanto no mundo está faltando tudo, aqui não está faltando nada. O Brasil está sendo muito bem atendido pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro e a sua competente técnica e honesta equipe de Ministros. Isso é um orgulho para nós. É um orgulho! Aí vem uma Juíza, uma louca e fala que não pode mais usar a bandeira do Brasil porque seria campanha política. Veja a que ponto chegou a loucura: não poder usar a bandeira do nosso País! Enquanto o PT queimava a nossa bandeira e hasteava uma bandeira vermelha com a foice, aí era permitido. Queimar bandeira podia, nenhum Juiz falava nada, agora vem essa perturbada ou deve ter algum problema mental para falar isso. Ainda bem que já derrubaram essa loucura. Mas outros loucos virão! Daqui a pouco vão proibir de tomar água na caneca Bolsonaro, vão proibir de cantar o hino. Ora, um presidente que resgatou o patriotismo e o amor à nossa Pátria, em três anos e meio de Governo, tem que aplaudir de pé; tem que agradecer a ele e votar nele. Óbvio que tem! O mínimo que a população tem que fazer é reconhecer esse Governo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arruda, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir. Vamos esperar que algo de novo aconteça nesse mundo virtual que vivemos aqui, esse mundo onde temos um STF, infelizmente, totalmente, partidário. Não há mais a imparcialidade que deveria ter e eles vão continuar tentando massacrar o Governo, massacrar o Brasil, desrespeitar a Constituição Federal, a qual eles

são bem pagos para serem os guardiões. Lamento muito isso. Mas o povo está vendo e creio que, agora, dia 2 de outubro, nas urnas, limpas e transparentes, será um massacre de voto a favor do Bolsonaro e ganha no 1.º turno. Digo urnas transparentes e espero que isso...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Homero Marchese. Declina. Então, vamos ao horário da Liderança do Governo. Declina. Deputado Professor Lemos, Liderança da Oposição.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que cumprimento a população que acompanha a nossa Sessão. Cumprimentar as lideranças que hoje estão presentes aqui à Sessão, também, honrando-nos com suas presenças e cumprimentar a população que acompanha pelos meios de comunicação. As notícias que estamos acompanhando são notícias muito tristes, notícias de assassinatos de mulheres, de crianças, enfim, são notícias que não são boas. Agora recebemos a notícia do suicídio daquele segurança que acabou oferecendo as imagens ao policial penal, que foi lá ao evento e por ver as imagens, fazer a provocação e depois cometeu o crime brutal que cometeu. Isso é muito ruim. Precisamos virar essa página. O ódio é combatido com o amor, é combatido com a fraternidade, com a solidariedade, com a compreensão; o ódio não pode prevalecer, ele faz mal. E faz muito mal à sociedade. E é a Democracia o melhor sistema de organizar a sociedade no mundo. Quando você tem problema com a democracia, mais democracia e aí avançamos. Não tem outra forma melhor para organizar a sociedade. Então, por isso, precisamos de unidade no Brasil em defesa da democracia e em defesa de um País justo, solidário, fraterno, onde possamos viver todos e todas com dignidade. A Deputada Luciana Rafagnin trouxe aqui informações que nos deixam muito preocupados. A Deputada Cristina Silvestri também trouxe aqui informações também que nos deixam muito preocupados. O Deputado Goura também veio à tribuna e trouxe informações que nos preocupam demais. Há um aumento no número de agressões às mulheres. A violência contra a mulher se tornou estrutural, cultural e precisa ser combatida por homens e mulheres do nosso Estado, do nosso País. Já aprovamos leis importantes e o Deputado

Galo citou aqui a Lei Maria da Penha, uma Lei Federal, uma lei importante, mas que precisa ser aprimorada, sim, ela precisa de avanços. E já tomamos conhecimento que foi protocolado no Congresso Nacional Projetos de Lei para melhorar, para ampliar o alcance da Lei Maria da Penha, para proteger as mulheres do nosso País e para responsabilizar criminosos. Deputada...

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer, mais uma vez, Deputado Professor Lemos, que esta Casa também pode, sim, ter algumas ações. Vossa Excelência mesmo tem vários projetos também de enfrentamento à violência contra a mulher. Aqui também temos vários Deputados que têm apresentado projetos desse enfrentamento. E, como V.Ex.^a bem disse, essa questão da violência no nosso Estado, no nosso País, ela vem de uma cultura patriarcal, ela ainda é uma cultura europeia, e essa violência está enraizada e precisamos mudar esse cenário, precisamos mudar essa realidade. E mudar essa realidade diz muito nas nossas ações aqui como Parlamentares, diz muito de exigirmos do Governo, de quem está no comando também do nosso Estado, ações que realmente façam esse enfrentamento. E ação de enfrentamento também por quem comanda o nosso País. Se quem comanda o nosso País fica pregando violência, vamos continuar vendo a violência cada vez mais crescendo, cada vez mais no nosso Estado e no nosso País. Se quem comanda o País pregar a paz e falar que devemos viver em uma sociedade com respeito entre homens e mulheres, vamos ter paz, vamos ver a mulher sendo respeitada como sujeito de direito, mas se tivermos esse exemplo que vem de cima, um exemplo que só prega realmente a violência, não vamos romper com isso. E queria aqui, Deputado Professor Lemos, aproveitando este espaço, reforçar o que disse o Deputado Goura. Precisamos, sim, encampar uma campanha de violência zero, de feminicídio zero, e acho que isso deveria ser acampado por todos nós, assumido por todos nós Parlamentares e, principalmente, por quem governa o nosso País e o nosso Estado. Muito obrigado!

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero agradecer V.Ex.^a pela contribuição importante com o aparte feito aqui, ele engrandece o nosso pronunciamento. E cumprimentá-la pelo trabalho bonito, sério que V.Ex.^a faz, ao longo dos anos, no combate cotidiano à violência contra a mulher. Já fizemos projetos juntos, um deles foi aprovado aqui já há 15 dias, em Redação Final, que é o Projeto de Lei 262/2019, que vai instituir no Paraná a Política Estadual de Combate à Violência Contra a Mulher. Aqui ao lado das Deputadas, como a Deputada Cristina e as demais Deputadas, já aprovamos leis muito importantes aqui para o Estado do Paraná, mas ainda temos Leis que precisam ser aprovadas e implementadas. Por exemplo, o Projeto de Lei n.º 106/2018, da nossa autoria, ele vai instituir o monitoramento com tornozeleira eletrônica a agressores de mulheres que já estão com medidas protetivas. Vários estados instituíram esse monitoramento e resultou em uma redução do feminicídio. O Paraná, em 2020, que é o último dado que temos, teve 211 feminicídios no Paraná. Então, o Paraná é o terceiro Estado mais violento para a mulher no Brasil. Em 2020, 43 mil e 38 mulheres fizeram queixa à polícia de violência, sofreram violência. Então, o número é muito alto aqui no Paraná. Os dados do Brasil são muito maiores, mas o Paraná dentro do Brasil é um Estado muito violento para mulher, e o lugar mais violento para mulher no Paraná é na casa dela, onde ela mora, é ali que têm acontecido os ataques. E aí um Projeto como este, de monitorar o agressor com tornozeleira eletrônica dá a obrigação ao agressor de carregar a bateria da tornozeleira, de cuidar da tornozeleira. E se ele ultrapassa o limite para se aproximar da vítima, a polícia é avisada, a polícia imediatamente avisa a mulher e uma viatura vai para lá para pegar o agressor. Estamos acompanhando várias mulheres com medidas protetivas, mas o agressor não é monitorado, ele se aproxima e mata a vítima. Este Projeto nosso é de 2018, ele é do mandato passado ainda, quando apresentei o Projeto. Ele já esteve na CCJ, foi em diligência, já voltou a diligência, está na CCJ, precisamos aprová-lo lá para vir a Plenário, para exemplo de outros estados no Brasil termos essa lei, porque não podemos colocar como responsabilidade da mulher monitorar o agressor. É o agressor que tem que ficar monitorado pela polícia. Então, portanto, não podemos inverter as coisas. Ele que é o culpado, ele precisa ser monitorado e não pode se aproximar da vítima. Então, nesse sentido, pedimos mais uma vez

celeridade na CCJ para que este Projeto possa vir a Plenário, e aprovarmos como Lei no Estado do Paraná. Também, Sr. Presidente, quero falar aqui, neste tempo que me resta, quero falar aqui que o Governo precisa, com urgência, mandar para Assembleia... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Um minuto, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): O Governo precisa com urgência mandar para Assembleia o Projeto de PEC para mudar a Constituição e isentar os aposentados civis e militares do pagamento da previdência até o teto do INSS. Isso não vai quebrar a previdência e não vai gerar nenhum centavo de despesa a mais para o Executivo no Estado do Paraná, mas vai fazer muito bem para os aposentados, tanto civis quanto militares, ficarem isentos até o teto do INSS do pagamento de previdência. E também precisa mandar para cá o Projeto para repor a inflação, que é a data-base dos servidores. Precisa pagar também o 3.39% que deve, já é Lei aprovada aqui na Assembleia. E precisa implementar promoção, progressão de carreira, quinquênio e anuênio que está em atraso, 2021 e 2022. Isso é coisa urgente. O Governo precisa se pronunciar o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro

(PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) **(47 Parlamentares)**; **Deputados ausentes com justificativa:** Cobra Repórter (PSD), conforme art. 97 § 3.º Inciso I do Regiemnto Interno; e Soldado Fruet (PROS), conforme art. 97 § 3.º IV do Regimento Interno **(2 Parlamentares)**; **Deputados ausentes sem justificativa:** Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Delegado Jacovós (PL), Reichembach (UNIÃO), e Tadeu Veneri (PT) **(5 Parlamentares).**]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 329/2022**, do Deputado Michele Caputo, que dispõe sobre as exigências mínimas de segurança contra incêndio e pânicos nos estabelecimentos, eventos de grande concentração pública e áreas de riscos, a criação de uma unidade de combate a incêndio e primeiro socorro, constituído por corpo de bombeiros civil; **Autuado sob o n.º 330/2022**, dos Deputados Arilson Chiorato e Cristina Silvestri, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Alice Quintilhano IAQ; **Autuado sob o n.º 331/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, que institui a Campanha de Incentivo ao Empreendedor Rural no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 332/2022**, do Deputado Michele Caputo, que denomina Elvio Franchetti o viaduto da Rodovia BR-376, trevo com a Rodovia PR-218, no município de Nova Esperança; **Autuado sob o n.º 333/2022**, do Deputado Mauro Moraes, que altera dispositivos da Lei Estadual n.º 5.940, de 8 de maio de 1969, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 334/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que insere no cronograma oficial dos jogos

escolares e universitários do Paraná a modalidade de jogos eletrônicos e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 335/2022**, do Deputado Anibelli Neto, que concede o Título de Capital Estadual da Cambira ao município de Pontal do Paraná; **Autuado sob o n.º 336/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre as diretrizes para a gestão dos serviços referentes à alimentação escolar no âmbito das escolas públicas do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 337/2022**, do Deputado Rodrigo Estacho, que estabelece regras de compliance e proteção ao consumidor filiado às associações e cooperativas de autogestão de planos de proteção contra riscos patrimoniais; **Autuado sob o n.º 338/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Camilo Turmina.

Projeto de Resolução: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 23/2022**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas dos Senhores Deputados referente ao mês de dezembro de 2021.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos três Redações Finais. Votação simbólica.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 385/2019, de autoria do Deputado Soldado Fruet, que altera a Lei n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 629/2021, do Deputado Artagão Junior, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Guarapuavana Mundo Azul, com sede no município de Guarapuava.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 101/2022, de autoria dos Deputados Gugu Bueno e Guto Silva, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Membra Vocal e Orquestra de Câmara de Cascavel, com sede no município de Cascavel.

Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovados.**

ITEM 4 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 413/2020, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que dispõe sobre o exercício de função de piloto de aeronaves, operados pela polícia militar e pelo corpo de bombeiros do Paraná, pelos praças da polícia militar e do corpo de bombeiros do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação. Substitutivo geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno o substitutivo geral aprovado em 2.ª Discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição pede o voto “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Quero salientar que a nossa Base está liberada para votar com a sua consciência. Liberada a Base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estava aguardando o Deputado Tiago chegar ao Plenário para anunciar o aniversário do nosso amigo Tiago Amaral, Vice-Líder do Governo. Parabéns e felicidades.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Meu voto é “*sim*”, Presidente. Não estou conseguindo votar aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Luiz Carlos Martins, Maria Victória e Cantora Mara Lima?

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): O meu é “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Adriano, por favor, registre a presença.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Senhor Presidente, estou tendo um problema técnico aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, assessoria ao Deputado Luiz Carlos.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): O meu é “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Acho que o Soldado Adriano demorou, Presidente, porque está vindo de helicóptero.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (38 Deputados); **Votaram Não:** Coronel Lee e Tião Medeiros (2 Deputados); **Abstenções:** Mabel Canto, Marcel Micheletto e Tiago Amaral (3 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Gilson de Souza, Maria Victória, Reichembach, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (11 Deputados).] Com 38 votos favoráveis, 2 votos contrários e 3 abstenções, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 410/2019, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, que institui o Dia Estadual da Mulher Cristã, a ser comemorado anualmente no primeiro domingo do mês de março. Pareceres

favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GOURA (PDT): Voto favorável da Oposição.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede o voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); **Não votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Reichembach, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 410/2019.**

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 662/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que altera a Lei n.º 20.234, de 4 de junho de 2020, que institui a Campanha Estadual 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição pede o voto “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede o voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Douglas, Paulo Litro, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho e Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 257/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 43/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 12.243, de 3 de agosto de 1998, que considera áreas especiais de interesse turístico e locais de interesse turístico, áreas e localidades situadas nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Turismo e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Regime de urgência. **(Sobre o Projeto:** Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Goura, Requião Filho, Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Cristina Silvestre, Professor Lemos e Tadeu Veneri.) **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 105/2022, de autoria dos Deputados Gugu Bueno e Guto Silva, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Tigre Guerreiro de Artes Marciais, com sede no município de Diamante do Oeste. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição pede o voto favorável.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): A Liderança também pede o voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Paulo Litro, Reichembach, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 105/2022.**

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 306/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1104/2022, que cria o Foro Regional de Paíçandu na Comarca da Região Metropolitana de Maringá, os respectivos cargos de magistrados e servidores e altera a Lei n.º 14.227, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Para encaminhar, Presidente.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, *pela ordem*. Foi na última quarta que tivemos aquele problema de som aqui no Plenário. Não foi, Presidente?

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O que foi, Deputado Requião?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Foi na última quarta que tivemos aquele problema de som aqui no Plenário, não foi?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Foi.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Ah, porque não escutei ser lido na inclusão da pauta, na última quarta-feira. Deve ter sido esse problema.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, Deputado Requião. Houve um equívoco de minha parte e assumo a responsabilidade. Havia acordado com os Deputados, e com o Prefeito e as lideranças de Paiçandu, que estão aqui, que pautaríamos essa matéria, que não foi anunciada. Como é uma prerrogativa da Presidência, pautei a matéria.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Homero e Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Homero e Evandro, aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados Homero e Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, acho que é o Homero. Você, primeiro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Evandro, poderia encaminhar aqui.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde. É com grande alegria que a Assembleia tem esse Projeto de Lei diante de si, hoje, que cria o Foro Regional de Paiçandu a três regiões metropolitanas no Paraná, na divisão judiciária do Poder Judiciário – Curitiba, Londrina e Maringá. O Foro Regional de Paiçandu

será introduzido na comarca da região metropolitana de Maringá, ao lado do Foro Central, com sede em Maringá, e dos Foros Regionais de Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Sarandi e Nova Esperança. Há muito tempo, Sr. Presidente, a população de Paiçandu e também de Doutor Camargo, Ivatuba e Floresta aguardavam essa decisão, que hoje pode ser concretizada com o voto dos Deputados. Estão presentes aqui para celebrar essa conquista para Paiçandu – peguei ali com o Doutor Batista a relação – o Prefeito Ismael, acho que o Vice-Prefeito Val não pôde estar, o Presidente da Câmara, o Tancredo, o Vereador Carlos Martins, o Chefe de Gabinete Tiago, a Secretária de Administração Dion, a Assessora Jurídica, Doutora Adriana Zironi, a Contadora Renata, a Tesoureira Natália, a Conselheira Adriana, a Secretária de Assistência Social Fernanda, e a Assistente Social Elaine – representando a população de Paiçandu, por que não dizer, de toda a região. Em novembro do ano passado, o Prefeito Ismael encaminhou ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Laurindo, o seguinte ofício: “Desde sua emancipação política, dizia o Prefeito, ocorrida em 19 de dezembro de 61, a cidade de Paiçandu é abrigada pela Comarca do município de Maringá, com as cidades de Doutor Camargo, Floresta e Ivatuba. O município de Paiçandu conta atualmente com mais de 42 mil habitantes, segundo o censo do IBGE de 2021. Todavia, acredita-se que a população já é superior por conta dos dados fornecidos por órgãos e empresas como a Sanepar e a Copel, que dão conta de uma população aproximada de 55 mil habitantes. Esse ofício encaminhado pelo Prefeito Ismael tramitou pelo órgão especial do Tribunal de Justiça, nós e os Deputados da região, queria mencionar aqui os demais Deputados, Deputados Evandro, Doutor Batista, Jacovós, Adriano, Maria Victória, estivemos presentes por mais de uma vez no Tribunal de Justiça e fomos muito bem recebidos pelo Presidente José Laurindo de Souza Neto, que se empenhou pessoalmente nessa atribuição, entendeu a justiça do pedido, esteve em Paiçandu para ouvir de perto os anseios da população, e o órgão especial deliberou sobre uma série de assuntos. Comprovou, em primeiro lugar, que a cidade de Paiçandu é sede de município; que tem população superior a 30 mil habitantes, como exigido pela Lei de Organização e Divisão Judiciária do Paraná; que tem renda tributária relevante, como também exige a lei; e um volume processual compatível com a criação do novo foro. Para os

senhores terem uma ideia, a estimativa pelos órgãos técnicos do TJ é que o Foro Regional de Paiçandu receba mais de 5 mil novas ações, por ano, a partir de sua criação. Nesse Projeto de Lei a criação de duas varas judiciais. A primeira, que deve envolver competência civil da Fazenda Pública, Infância, Juizado da Fazenda Pública, Juizado Especial Civil e Registros Públicos; e a segunda, que deve envolver, isso ainda é uma estimativa, não é certo, competência para julgar casos envolvendo acidentes de trabalho, criminais, família, infância e juizado criminal. Hoje é um grande dia para a população de Paiçandu, Doutor Camargo, Ivatuba e Floresta. Essas cidades passam a um novo patamar a partir da votação nossa, que me parece nessa legislatura é a primeira vez que estamos criando um foro ou uma comarca. Isso vai trazer mais agilidade à solução das pendências judiciais na cidade Paiçandu e na região. Também, evidentemente, Doutor Batista, vai desafogar o Foro Central de Maringá, já que os processos que seriam ajuizados ali passam a ter nova competência. Vai trazer dignidade para a população de Paiçandu e nas três cidades vizinhas. Também, por que não, vai funcionar como incentivo ao desenvolvimento da economia de Paiçandu, Doutor Camargo, Floresta e Ivatuba. Estamos muito felizes de termos acompanhado esse processo desde o início. Estamos muito felizes de termos participado disso e de sermos Deputados neste momento. Queríamos parabenizar toda a equipe de Paiçandu, representada aqui por essa comitiva, pela conquista, fizeram tudo certo nesse processo. Tinha uma demanda justa, que agora é atendida e vai fazer muito bem para a população de Paiçandu e região. Pediria a todos os senhores, tenho certeza de que todos os senhores vão votar “*sim*” a esse Projeto tão importante para a região noroeste do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, não quero ser repetitivo, entendo que o encaminhamento feito já me contempla. No entanto, quero ressaltar aqui que a Comissão de Organização e Divisão Judiciária do

Tribunal de Justiça aprovou, por unanimidade, a criação da Comarca de Paiçandu, que inclui os municípios de Doutor Camargo, Ivatuba e Floresta, como também a aprovação no órgão especial do TJ. Então, todo o trâmite legal foi realizado. Quero usar este momento para ressaltar e fazer, com o devido respeito e a devida honra ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Laurindo, a sua assessoria, Anderson Fogaça, ao Corregedor da Casa, aos membros da Comissão de Divisão e Organização Judiciária, que foram sensíveis, mas quero destacar o protagonismo do Prefeito Ismael, do Vice Val, da equipe da Prefeitura, que souberam trazer o pedido, trazer a solicitação até o TJ e que souberam fazer, obviamente, o acompanhamento de todo o processo. Também, Ismael, você que nos acompanha da tribuna, vocês foram também cuidadosos para poder procurar todos os Deputados da região. Isso foi fundamental para que todos os Deputados pudessem emprestar a sua palavra, a sua dedicação e colaborar também na interlocução do TJ. Então, é um momento muito especial, um momento que devemos, sim, comemorar. (É retirado o som.) Presidente, a minha fala foi cortada aqui. Presidente, está muito barulho aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Evandro está com dificuldades de falar.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, só estava ressaltando a liderança do Prefeito Ismael nesse processo, a relação com a Assembleia, inclusive Vossa Excelência pautando hoje a matéria, a relação com todos os Deputados da região e, obviamente, a sensibilidade do TJ, que aprovou por unanimidade na Comissão Especial de Organização e Divisão Judiciária e também do órgão especial. Então, assim, todo trâmite legal feito. Esta Casa é sensível de pautar rapidamente o Projeto e destacar a liderança do Prefeito Ismael e do Vice Val e de toda a equipe da Prefeitura de Paiçandu. Obviamente, comemorar aqui com Floresta, Doutor Camargo e Ivatuba também. Meus cumprimentos, Prefeito Ismael e a toda a equipe.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Douglas.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Presidente, rapidamente, também para encaminhar. Esse é um Projeto muito importante, que chega do Tribunal de Justiça, aqui, para nós, Deputados, votarmos. Quando começou a discussão desse Projeto, Vossa Excelência deu prioridade, o que é importante, porque é um Projeto que ajuda no desenvolvimento da região. Eu que milito também, politicamente, nesses municípios que já foram aqui citados pelos meus antecessores. Aqui na pessoa do Celso que foi da região lá de Paiçandu, que me pediu a força e o apoio nesse Projeto para dizer que a nossa Bancada vai votar favoravelmente, e com a certeza de que, o Projeto sendo aprovado, será uma lei importante que vai ajudar no desenvolvimento daquela região. É isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos à votação, Sr.^s Deputados. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição encaminha o voto “*sim*”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Em nome da Liderança do Governo e pela importância desse Projeto para os municípios citados, pela grande articulação e comoção de toda a região, encaminho voto “*sim*”, Sr.^s Deputados, voto “*sim*”.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Antes de encerrar a Sessão, na semana passada fiz um convite ao Presidente do Tribunal de Contas para comparecer à Assembleia e prestar esclarecimentos sobre, informações na verdade, sobre o que aconteceu no tribunal. Só para lembrar V.Ex.^a da necessidade de fazer aquele convite ao Presidente Fábio Camargo. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estamos fazendo o contato, Deputado. Tão logo ele me confirme, aviso. Ainda pendentes os votos

da Deputada Cristina, Nelson Luersen e Gilson de Souza. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); Não Votaram: *Ademar Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilson de Souza, Nelson Luersen, Reichembach, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (11 Deputados).*] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 306/2022.** Parabéns a Paçandu.*

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Pedido de informação. Deputado, Líder do Governo. **Requerimento n.º 2375/2022**, do Deputado Goura, solicitando informações ao Secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura do Paraná acerca de reabertura do Canal da Música.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): **Adia-se na forma regimental.** Senhores Deputados, por favor.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2359/2022, do Deputado Dr. Batista, solicitando o registro e envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Monsenhor Antonio de Pádua Almeida (Padre Almeida); **Requerimento n.º 2361/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando o registro e envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Carlos de Moraes; **Requerimento n.º 2362/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Comandante Geral e ao Comandante da 7.ª Companhia Independente de Arapongas, ambos da Polícia Militar do Estado do Paraná, rendendo votos de louvor aos Soldados: Anderson Faria Caldeira e Luiz Fernando da Silva Barbiero; **Requerimento n.º 2363/2022**, do Deputado Luiz Carlos Martins, solicitando o registro e envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Pedro Roberto Ferreira; **Requerimento n.º 2365/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de menção honrosa à Associação Comercial e Empresarial de Rolândia – ACIR; **Requerimento n.º 2366/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo o preenchimento com o maior número possível de vagas referentes ao Concurso CFO (Curso de Formação de Oficiais) 2021/2022, destinadas aos cargos de Cadete Policial Militar e de Cadete Bombeiro Militar, ambos da Polícia Militar do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 2368/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando o envio de expediente ao Delegado-Geral da Polícia Civil do Paraná, Sr. Silvio Jacob Rockembach, requerendo a viabilização de uma viatura, ou mais, da Polícia Civil do Paraná à cidade de Foz do Iguaçu; **Requerimento n.º 2369/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador José Laurindo de Souza Neto, e à Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar, conforme especifica; **Requerimento n.º 2370/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o registro e envio de votos de louvor à Equipe Londrinense de Ginástica Rítmica da Universidade Norte do Paraná (Uniopar), que representou o Brasil no Campeonato Pan-Americano de Ginástica Rítmica no Parque Olímpico do Rio de Janeiro; **Requerimento n.º 2371/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública, requerendo estudos para que os Oficiais do Batalhão de Polícia Trânsito atuem como conciliadores do

Poder Judiciário (Juiz Leigo) nos acidentes de trânsito sem vítimas; **Requerimento n.º 2372/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, requerendo estudos para que os Oficiais do Batalhão de Polícia do Trânsito atuem como conciliadores do Poder Judiciário (Juiz Leigo) nos acidentes de trânsito sem vítimas; **Requerimentos n.ºs 2376 a 2429/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Paulo Gnatta; Wilson Monteiro; Sebastião Guilai; Luiz Gonzaga de Souza; Luiz Carlos Todo Bom; Luiz Carlos Chem; João Szreider; José Elias; José Justelino Alessi; Hidefumi Sakamoto; Francisco Malaine; Eloim Pereira Bueno; Edwaldo Antonio Scremin; Eduardo Marcos da Luz; Casemiro Jandir Zoletti; Ary Sad; Verônica Martins; Valderez Lourenço Baumel; Terezinha de Farias; Tereza Kulcheski Stefanczak; Tereza Ferreira; Ruth Maria Weiber; Rosa Stankievski; Regina Maria de Oliveira; Regina Hanke Duma; Odette Ferreira; Noemia Mariano de Oliveira; Neuza Maria de Fatima Paes de Almeida; Natalicia de Fatima dos Santos; Nadir Aparecida de Farias Mainardes; Marli Everli Correa; Maria Tschmola; Maria Ozelia Rodrigues Xavier; Maria Jussara Bizetto; Maria Iolanda Antunes; Maria Ilza Stadler, Maria Faria dos Santos; Maria de Jesus Domingues; Lídia Antunes Carneiro; Juraci de Oliveira Amistrongue; Jeanete Rumbel Sperger; Izaura Andrade Camargo; Helenice de Oliveira Elias; Helena Vaz Boeira; Deia Januário dos Santos; Cândida de Lourdes do Rosário; Cândida Eloi de Meira; Aurora Aparecida Fernandes; Angelina da Silva de Andrade; Almira Skubisz; Alceoni Terezinha Stelle Ferreira; Akemi Kojima; Acirema do Carmo Almeida Chaves; e Vitor Senil Medes; **Requerimento n.º 2430/2022**, do Deputado Rodrigo Estacho, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Defesa Social e Trânsito, do município de Curitiba, requerendo providências para a realização de estudo e instalação de redutor de velocidade na Rua Vinte e Nove de Junho, nas proximidades do n.º 267, no bairro Bacacheri; **Requerimento n.º 2431/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando o registro e envio de voto de congratulações aos demais militares estaduais que atuaram na Operação Policial no município de Três Barras.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 2360/2022, do Deputado Luiz Fernando Guerra, indicando: o Deputado Plauto Miró como membro titular e o Deputado Elio Rusch como membro suplente na Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção dos Animais e na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação; e o Deputado Dr. Batista como membro suplente na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação; **Requerimento n.º 2364/2022**, dos Deputados Homero Marchese e Alexandre Amaro, solicitando a inclusão do Deputado Alexandre Amaro como coautor do Projeto de Lei n.º 324/2022, do Deputado Homero Marchese; **Requerimento n.º 2367/2022**, dos Deputados Homero Marchese e Coronel Lee, solicitando a inclusão do Deputado Coronel Lee como coautor do Projeto de Lei n.º 663/2020, do Deputado Homero Marchese.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 2353/2022**, do Deputado Elio Rusch, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de junho de 2022; **Requerimento n.º 2356/2022**, do Deputado Adelino Ribeiro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2357/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2373/2022**, do Deputado Tião Medeiros, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2432/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18 de julho de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito o maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 2354/2022**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 12 de julho de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 2355/2022**, do Deputado Nereu Moura, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2358/2022**, do Deputado Luiz Carlos Martins, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 5, 6, 11, 12 e 13 de julho de julho de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado, que por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 2374/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de julho de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma **Sessão Ordinária** para amanhã, terça-feira, dia 19 de julho de 2022, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**: 2.ª Discussão da PEC n.º 3/2021; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 662/2021; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 263/2021, 105/2022, 257/2022 e 306/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 184/2020 e 504/2021; e uma outra **Sessão Ordinária** na sequência, antecipada do dia 20 de julho de 2022, quarta-feira, com a seguinte **Ordem do Dia**: 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 184/2020 e 504/2021; 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 351/2019 e 656/2020; e Discussão Única do Veto n.º 7/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h23, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)